

# DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL <sup>1</sup>

Heliton Leal Silva<sup>2</sup>  
[helitonleal@hotmail.com](mailto:helitonleal@hotmail.com)

Lúcia Cony Faria Cidade<sup>3</sup>  
[cony@unb.br](mailto:cony@unb.br)

## Resumo

Estudos recentes têm mostrado o papel da modernização e tecnificação da agricultura sobre a gestão do território de diferentes regiões do mundo. União Européia, Índia, Paquistão e Brasil são alguns exemplos de regiões em que o território se tornou mais produtivo a partir de políticas agrícolas modernizantes. Contudo, são também relevantes os impactos negativos sobre a sustentabilidade, em consequência dessas políticas, que incluem não apenas ameaças à sua dimensão social como particularmente ao quadro natural. No Brasil, a modernização e a tecnificação da agricultura tiveram início na década de 1950, mas apresentaram resultados efetivos a partir da década de 1970, quando o Estado instituiu uma agenda de políticas de investimentos para o campo, conciliando os interesses entre o setor agrário, em particular os grandes e médios produtores, e o industrial, formado pelo capital nacional e internacional. A integração do interior e o equipamento do território, que incluiu o crescimento e espalhamento de diferentes redes de infra-estrutura, permitiram a constituição de complexos que integraram a agricultura à indústria e articularam a expansão das fronteiras agrícolas. O vetor de expansão espacial da agricultura tecnificada, que se originou no Sul, na atualidade, atravessa a região Centro-Oeste, avançando sobre o Cerrado rumo à Amazônia. Diante de um quadro natural propício, o potencial agrícola do Brasil é imenso. No entanto, em um contexto de Estado reformado, o impulso dos investimentos públicos em infra-estrutura de apoio à produção e escoamento pelo território tem sido sensivelmente reduzido. A dificuldade de escoar a safra, por exemplo, ainda é um grande entrave para o país. Sob o ponto de vista social, as desigualdades entre os municípios são agravadas. Os municípios inseridos no sistema produtivo agroindustrial são beneficiados, e apresentam bons índices de qualidade de vida e renda. Contudo, os municípios que não estão inseridos nesse sistema, apresentam indicadores socioeconômicos baixos. A expansão da agricultura vem resultando em um aumento significativo da degradação ambiental. Essa expansão vem incorporando novas áreas do Cerrado ao sistema produtivo, de forma insustentável. Esse trabalho analisou o desenvolvimento agrícola do Brasil da década de 1950 até os dias atuais, a partir de uma revisão bibliográfica e de análise de documentos, leis e trabalhos acadêmicos. Assim, entende-se, ao final do trabalho, a modernização e a tecnificação agrícola não alcançou ainda as condições necessárias para um desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Mas, frente ao potencial desse setor, isso poderá ser ainda alcançado, com políticas direcionadas para essa finalidade.

**Palavras-chave:** Região Centro-Oeste; Modernização da Agricultura; Gestão do Território; Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Este trabalho representa uma análise a partir da Tese de Doutorado, com o título “Desenvolvimento Agrícola, Gestão do Território e Efeitos Sobre a Sustentabilidade na Região Centro-Oeste, Brasil”, do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, da Universidade de Brasília – UnB, defendida em maio de 2008.

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e professor.

<sup>3</sup> PhD e Professora Associada do Departamento de Geografia - GEA/IH e do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais - NEUR/CEAM/UnB.

## 1. Considerações iniciais

Estudos recentes têm mostrado o papel da modernização e tecnificação da agricultura sobre a gestão do território de diferentes regiões do mundo. União Européia (UE), Índia e Paquistão são alguns exemplos de regiões em que o território se tornou mais produtivo a partir de políticas agrícolas modernizantes. Contudo, são também relevantes os impactos negativos sobre a sustentabilidade, que incluem não apenas ameaças à sua dimensão social como particularmente ao quadro natural.

No Brasil, a modernização e a tecnificação da agricultura tiveram início na década de 1950, mas apresentaram resultados efetivos a partir da década de 1970, quando o Estado instituiu uma agenda de políticas de investimentos para o campo. Assim, conciliou os interesses entre o setor agrário, em particular os grandes e médios produtores, e o industrial, formado pelo capital nacional e internacional. A integração do interior e o equipamento do território, que incluiu o crescimento e espalhamento de diferentes redes de infra-estrutura, permitiram a constituição de complexos que integraram a agricultura à indústria e articularam a expansão das fronteiras agrícolas. Entre os efeitos desse processo sobre a sustentabilidade, estava uma incipiente ocupação da Amazônia e o do Cerrado.

Nas décadas seguintes, diante de crescentes demandas decorrentes de um acelerado processo de urbanização e das necessidades do mercado internacional, constituíram-se os Complexos Agroindustriais (CAIs), que representam esse “pacto modernizante” (DUARTE, 2002). Com o advento de uma agricultura globalizada e globalizante, que proporcionou novos pacotes técnicos e tecnológicos, os CAIs foram revitalizados na década de 1990.

A partir daí, integraram-se, em bases renovadas, à tradicional atividade pecuária para constituir os Complexos Agroindustriais Grãos-Carne (CAGCs). Esses modernos complexos integram diferentes ramos da cadeia produtiva agroindustrial como a da soja, a do milho e a da pecuária, e se articulam ao mercado nacional e, em larga medida, ao internacional. Nas últimas décadas, com expansão dos complexos grãos-carne e a progressiva integração da agricultura à matriz energética nacional, por meio do biodiesel e do etanol, a agricultura brasileira tem se expandido para atingir níveis inéditos de produção.

O vetor de expansão espacial da agricultura tecnificada, que se originou no Sul, na atualidade, atravessa a região Centro-Oeste, avançando sobre o Cerrado e a Amazônia. Diante de um

quadro natural propício, o potencial agrícola da região Centro-Oeste é imenso, e os recentes investimentos ali localizados, como a instalação de novas agroindústrias, atestam essa especialização. No entanto, em um contexto de Estado reformado, o impulso dos investimentos públicos em infra-estrutura de apoio à produção e escoamento pelo território tem sido sensivelmente reduzido. Além disso, a expansão da agricultura pela incorporação de novas terras incorre em mais avanços sobre a Amazônia e o Cerrado, tendo como resultado um aumento significativo da degradação socioambiental. Suporte de um desenvolvimento altamente modificador das relações socioespaciais e ambientais até então vigentes, a região Centro-Oeste reúne grandes contradições, que envolvem a gestão do território e suas conseqüências sobre a sustentabilidade.

## **2. Desenvolvimento, agricultura, território e sustentabilidade da região Centro-Oeste**

### **2.1. Contextualização do desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste**

Fronteira extensa e relativamente pouco ocupada durante vários séculos, nas últimas três décadas, a região Centro-Oeste tem apresentado o melhor desempenho econômico entre as regiões do país. As razões estão, de um lado, no fato de sua base produtiva ter-se diversificado e modernizado, de maneira muito acelerada, e, de outro, de o crescimento populacional ter contribuído para a ocupação de grandes áreas inóspitas prevaletentes até então.

Enquanto a região está crescendo num ritmo maior que a média nacional, uma das faces desse crescimento está no expressivo aumento da sua participação no total do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, que, em 1960, era de 2,45% e alcançou, em 1996, o total de 7,45%. Esse bom desempenho deve-se, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ao agronegócio. Em 2006, a região foi responsável por 33% da produção nacional de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas), ao passo que o efetivo bovino representava 36% do total nacional (IPEA, 2007, p. 01).

Diante do dinamismo verificado, o potencial agrícola da região Centro-Oeste parece estar muito além do atual porcentual de crescimento anual. Os atuais investimentos, como a instalação de novas agroindústrias, atestam isso. A organização territorial pode ser caracterizada pela ampliação significativa de redes de infra-estrutura, pelo crescimento de centros urbanos de apoio às novas atividades, pela multiplicação de núcleos produtivos integrantes de complexos agroindustriais, pela expansão e consolidação da fronteira agrícola e

pelo desenvolvimento de sistemas logísticos para o escoamento e comercialização da produção. Entretanto, o desenvolvimento agrícola regional traz diversas preocupações quanto à sustentabilidade, particularmente em seus aspectos sociais e ambientais.

O crescimento econômico do Centro-Oeste, no atual modelo, capitalista neoliberal, vem gerando cada vez mais impactos negativos, e não projeta condições favoráveis para médio e longo prazo. O risco de perda de produtividade agrícola para as próximas décadas, fruto da falta de uma política regional de desenvolvimento, é hoje uma realidade para o Centro-Oeste. A busca pelo desenvolvimento sustentável da região torna-se, cada vez mais, uma necessidade.

O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, segundo a proposta metodológica de SILVA (2008), pode ser subdividido em quatro fases: 1) Fase de início do processo de modernização da agricultura (1956-1969); e 2) Fase de constituição dos Complexos Agroindustriais – CAIs (1970-1985); 3) Fase de constituição dos Complexos Agroindustriais Grãos-Carne - CAGCs (1986-2002); e 4) Fase de constituição de uma agricultura voltada para a produção de combustíveis (2003-2007). Adotar-se-á essa proposta para este artigo.

## **2.2. Fase de início do processo de modernização da agricultura (1956-1969)**

O contexto socioeconômico em que o Centro-Oeste estava inserido entre 1956 e 1969, considerado como “Fase de início do processo de modernização da agricultura”, foi marcado pela inserção da região Centro-Oeste ao cenário econômico nacional e internacional. O projeto desenvolvimentista nacional do Governo JK (1956-1961), que marcou essa fase, deu destaque nacional e internacional ao Centro-Oeste, principalmente devido à construção de Brasília, inaugurada em 1960.

Além do apelo simbólico e político, gerado pela transferência da capital para o Planalto Central, as políticas governamentais voltadas para a expansão agrícola, vislumbraram o Cerrado como uma nova “fronteira agrícola nacional” (DUARTE, 2002). Essa iniciativa, vai se configurar como uma grande estratégia nas próximas décadas, quando essa região vai se tornar em um “grande celeiro de grãos” (RIBEIRO, 2000).

Nesta fase, de 1956 a 1969, teve-se a mecanização da agricultura brasileira, uma nova fase do desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste e do Brasil, essencial para a modernização do

setor. Do ponto de vista da gestão do território, priorizava-se ainda a pequena propriedade. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos sociais, o Brasil era marcado por fortes desigualdades sociais regionais. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos de quadro natural, os efeitos ambientais das atividades agrícolas eram incipientes. Até 1970, a região Centro-Oeste e o Cerrado não contavam com políticas agrícolas específicas. A ausência de programas e planos, nessa década, voltados para o Centro-Oeste demonstraram a pouca importância inicial dada ao Cerrado nesse momento.

### **2.3 Fase de constituição dos Complexos Agroindustriais – CAIs (1970-1985)**

O contexto socioeconômico nacional em que a região Centro-Oeste estava inserida entre 1970 e 1985, “Fase de constituição dos CAIs”, foi marcado pela intensificação do processo de industrialização acelerado. Com as dificuldades na ocupação agrícola da Amazônia (ESTERCI, 2005), as políticas governamentais passaram a estimular a expansão agrícola na região do Cerrado.

Assim, o contexto socioeconômico em que o Centro-Oeste estava inserido no início dessa segunda dessa fase foi marcado pela expansão agrícola com o objetivo de atender aos mercados consumidores. Para Cleps Jr. (2004, p. 31), o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste, nesse período, tinha o objetivo de atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste.

Foi nesse contexto que a região Centro-Oeste passou a integrar a nova dinâmica capitalista do país, como uma região capaz de contribuir, por meio do fornecimento de bens primários, para a consolidação do capital industrial. A região foi inserida no período técnico-científico-informacional (ELIAS, 1996), a partir da redefinição de novas práticas socioespaciais e com o surgimento de novos atores sociais (cooperativas, sindicatos, entre outros). O surgimento dos CAIs representou esse crescimento econômico e o suposto “desenvolvimento” (CLEPS JR., 2004) da região.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimentos (PNDs), que compreenderam o período 1972-1985, evidenciaram a importância da região Centro-Oeste na política econômica nacional. As políticas de desenvolvimento, implementadas, adotaram um modelo de planejamento voltado para as mesorregiões. Essas políticas, regionais, levaram a criação das Superintendências de Desenvolvimento (Sudam, Sudene, Sudeco e Sudesul) para coordenar a expansão regional

dentro de uma estratégia governamental que enfatizava a criação de pólos de crescimento regional (SILVA, 2008, p. 51).

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foi a principal ação específica, nesta fase, para a gestão do território da região Centro-Oeste. Cabiam à Sudeco os levantamentos potenciais e os estudos pertinentes à elaboração de uma programação de ações a serem realizadas em pólos de desenvolvimento definidos, para induzir o crescimento de áreas vizinhas diante dos escassos recursos disponíveis e maior eficácia dos dispêndios (ABREU, 2001, p. 77).

A Sudeco, assim, representava, ao lado de interesses locais, os interesses desenvolvimentistas do Governo Federal na região Centro-Oeste, e era considerada a partir daí como um pólo de desenvolvimento econômico regional, com ênfase na atividade agrícola, e com grande potencial para o cenário nacional. (ABREU, 2001, p. 81). Como consequência, a agricultura da região recebeu pacotes técnicos e tecnológicos e teve um papel importante na ocupação do território, a partir da expansão da produção e da produtividade agrícola.

Dados os incentivos fiscais e financeiros disponíveis, as transformações na agricultura, além de acentuada modernização no processo produtivo, expandiram o espaço ocupado no campo dados os incentivos fiscais e financeiros disponíveis. Segundo Rezende (2002, p. 101), esse rápido desenvolvimento realizou-se de forma peculiar, sendo que a incorporação espacial foi associada à rápida modernização da agricultura, e esteve baseada em um modelo caracterizado pela prioridade dos cultivos comerciais, com grande aplicação de insumos modernos e mecanização, sem que tenha sido incorporada a esse processo a devida consideração dos aspectos sociais e ambientais.

Assim, o que se observou nesta fase, do ponto de vista da gestão do território, foi uma ênfase à grande propriedade. A ação governamental buscou assegurar redes de infra-estrutura para apoiar as necessidades de produção, circulação e comercialização da região. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos sociais, esse novo cenário, da agroindustrialização, apesar de avanços visíveis, agravou ainda mais as desigualdades sociais regionais. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos de quadro natural, os efeitos ambientais das atividades agrícolas, que eram incipientes na fase anterior, tornam-se uma questão grave. A substituição da cobertura vegetal por lavouras e pastos se dava em um ritmo acelerado.

## **2.4 Fase de constituição dos Complexos Agroindustriais Grãos-Carne - CAGCs (1986-2002)**

Com a extinção da Sudeco, em 1990, a região Centro-Oeste ficou durante essa terceira fase, “Fase de constituição dos Complexos Agroindustriais Grãos-Carne – CAGCs (1986-2002)”, desprovida de uma política de desenvolvimento regional. Sob a égide do neoliberalismo, couberam ao capital privado os investimentos na região, e a geração do desenvolvimento econômico.

Nessa fase, o setor agrícola centro-oestino foi marcado, a exemplo do cenário nacional, por um forte processo de transnacionalização, que inseriu a região definitivamente no cenário econômico mundial a partir da globalização dos CAIs, muitos desses voltados para o abastecimento do mercado internacional. Nesse novo cenário, os CAIs se expandiram, e muitos se transformam em CAGCs, que englobaram toda, ou quase toda, a cadeia produtiva agrícola. Talvez o exemplo mais emblemático seja a construção, no final da década de 1990, de uma nova planta da empresa Perdigão, no município de Rio Verde (GO), com produção destinada ao mercado europeu (SILVA e CIDADE, 2005, p. 02).

As ações de gestão do território deram continuidade à fase anterior, e potencializaram a gestão do território centro-oestino, com a expansão da agroindústria. O Estado, gestor da pasta de créditos para o setor agrícola, deixou de ser o principal ator das políticas de investimentos, tornando-se um agente creditício (ARRAIS, 2004, p. 04).

Assim, as ações de gestão do território nesta fase, financiadas pelo Estado, foram estabelecidas pelo Mercado, ou seja, pelos interesses privados, nacionais e internacionais. Com a disponibilização de crédito para o setor agrícola, agora transnacionalizado, a região Centro-Oeste se beneficiou com a constituição e/ou ampliação de agroindústrias, muitas sob a denominação de CAGCs.

Nesse sentido, o Governo Federal fez cumprir a Constituição Federal, de 1988, ao criar os Fundos Constitucionais de Financiamento. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi criado para potencializar a produção econômica da região (BRASIL, 2004, p. 03). Segundo Barbosa, a implantação do FCO foi decorrente de pressões dos próprios produtores rurais de menor renda e de algumas representações regionais. A hipótese seria a de que a

institucionalização do mesmo viria a contribuir de forma mais direta à melhoria do desenvolvimento dessa região, que apresentava dificuldade econômica.

O FCO viria a ocupar um importante papel para a gestão do território da região Centro-Oeste, na medida em que se propunha a dirigir recursos a produtores de menor porte (SILVA, 2008, p, 101). Outra ação importante para a gestão do território da região Centro-Oeste foi a criação dos Planos Plurianuais (PPAs) , também previsto pela Constituição Federal. Os PPAs têm como objetivo implementar programas e ações selecionados em comum acordo com os três entes da federação (BRASIL, 2004, 12)

Os PPAs 1996-1999 e 2000-2003, como já mencionado, foram baseados na divisão do Brasil nos denominados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs). Ao contrário dos planejamentos governamentais anteriores, que privilegiaram as cinco macrorregiões brasileiras do IBGE, o Governo Federal criou, nessa nova proposta de gestão do território, nove Eixos.

Desses, dois incorporavam o Centro-Oeste: Eixo Araguaia-Tocantins e o Eixo do Oeste. Esses objetivavam construir laços econômicos sólidos entre as regiões brasileiras, viabilizados pela expansão da agroindústria moderna, voltada aos mercados interno e externo (BRASIL, 2005, p.12). Os Eixos Araguaia-Tocantins e Oeste propunham construir laços econômicos entre as regiões, viabilizados pela expansão da agropecuária e da agroindústria.

Nesta fase, sob o ponto de vista da gestão do território, há uma expansão das redes de infraestrutura, uma necessidade frente ao aumento de produção na região. Contudo, a qualidade principalmente das rodovias, precárias em determinados pontos, torna-se um entrave. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos sociais, nesta fase tem-se uma melhoria da qualidade de vida para parte da população, que se beneficia diretamente com a agroindústria. Os núcleos urbanos de apoio à agroindústria são os que mais se beneficiam. Entretanto, uma parte significativa da população permanece excluída, e em alguns municípios, que ficaram de fora desse nosso sistema produtivo, as desigualdades sociais são agravadas. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos de quadro natural, os efeitos ambientais se agravam ainda mais, visto que novas áreas são incorporadas pela agroindústria.



## **2.5 Fase de constituição de uma agricultura voltada para a produção de combustíveis (2003-2007)**

A fase em que a região Centro-Oeste estava inserida entre 2003 e 2007, denominada aqui como “Fase de constituição de uma agricultura voltada para a produção de combustíveis”, foi marcada pelo cultivo de soja, destinado à produção de biodiesel e pelo cultivo de cana-de-açúcar, destinado à produção de álcool combustível, etanol. Nesse novo projeto, agroenergético, de envergadura nacional, a região Centro-Oeste, como se esperava, assumiu uma posição de destaque, devido principalmente aos resultados econômicos da última década, e ao seu previsível potencial.

Em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas pelo Governo Federal para o desenvolvimento regional, os programas de financiamento para a região Centro-Oeste buscavam maior eficácia na aplicação dos recursos. O FCO foi reformulado, e ficou mais eficiente para a gestão territorial do Centro-Oeste. Também ressurgiu a proposta de recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste (Sudene, Sudam e Suceco). Como resultado, a região Centro-Oeste foi dinamizada novamente, passando a contar não só com novas lavouras, mas também tiveram implantadas em seu território novas usinas sucro-alcooleiras.

Segundo reportagem do jornal Correio Braziliense, de 29 de abril de 2007, O Centro-Oeste despontou como sucessor de São Paulo na liderança do mercado de álcool e açúcar. Rodovias que havia pouco tempo serviam de passagem para caminhões carregados de bois e grãos, agora convivem com o tráfego intenso de carretas abarrotadas de cana-de-açúcar. Nos estados do Centro-Oeste, áreas de pastagem, plantações de soja, milho e algodão cedem espaço à matéria-prima energética mais valorizada do momento. O avanço da cana em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul revela uma mudança radical na fisionomia agrícola e econômica da região (Riqueza verde, CORREIO BRAZILIENSE, 29/04/2007).

As ações de gestão do território na região Centro-Oeste, no período 2003-2007, resultaram em uma nova dinamização do setor agrícola, fruto da necessidade do Mercado e das articulações políticas de grupos de interesse do Estado. A região Centro-Oeste foi, nesta fase, alvo de expressivo esforço político e estratégico do Governo Federal, que pretendia estabelecer novas bases para o seu desenvolvimento. A agroindústria, e seus complexos, com a integração da

agricultura à matriz energética, por meio do biodiesel e do etanol, foram dinamizados na região e estabeleceram outra onda de desenvolvimento.

Nesta fase, sob o ponto de vista da gestão do território, as redes de infra-estrutura continuam a ser expandidas ou revitalizadas. Contudo, essa expansão é insatisfatória. A má conservação de várias rodovias representa ainda um sério problema. A incapacidade dos portos em escoar a produção também representa um desafio. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos sociais, a melhoria da qualidade de vida é desigual, favorecendo ainda mais os municípios que representam os centros agroindustriais ou os que dão suporte a esses. Do ponto de vista da sustentabilidade em seus aspectos de quadro natural, novas áreas são incorporadas pela agroindústria, principalmente no estado do Mato Grosso, divisa do bioma Cerrado com a Amazônia.

### **3. Considerações finais**

O papel da modernização da agricultura sobre a gestão do território é foco de atenção para pesquisadores em todo o mundo, o que vem proporcionando uma bibliografia consistente. União Européia, Índia e Paquistão são exemplos de regiões que já contam com diversas pesquisas que analisam as transformações territoriais, nas últimas décadas, decorrentes de uma gestão a partir de políticas agrícolas modernizantes.

O processo de modernização da agricultura brasileira aproximou, sistemicamente, a agricultura com a indústria. O objetivo era expandir a produção agrícola, algo que efetivamente aconteceu. Para esse propósito, o Cerrado foi integrado ao setor agrícola e apresentou desde então um grande potencial produtivo. A região Centro-Oeste, em consequência, constituiu-se em referência nacional, e internacional, na produção agrícola.

O crescimento de redes territoriais apoiou a constituição de complexos agroindustriais e o alargamento das fronteiras agrícolas. A expansão desses complexos, nas últimas duas décadas, exigiu investimentos públicos em equipamento do território, o que ocorreu de forma limitada. A dificuldade de escoar a safra, por exemplo, ainda é um grande entrave para o país.

Sob o ponto de vista social, as desigualdades entre os municípios são agravadas. Os municípios inseridos no sistema produtivo agroindustrial são beneficiados, e apresentam bons

índices de qualidade de vida e renda. Contudo, os municípios que não estão inseridos nesse sistema, apresentam indicadores socioeconômicos baixos.

A expansão da agricultura vem resultando em um aumento significativo da degradação ambiental. Essa expansão vem incorporando novas áreas do Cerrado ao sistema produtivo, de forma insustentável.

Assim, entende-se, ao final deste artigo, que a região Centro-Oeste, ao ser inserida no período técnico-científico-informacional, e se tornar o celeiro de grãos nacional, não alcançou as condições necessárias para um desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo.

Longe disso, a região vem sendo receptáculo de interesses provenientes do cenário nacional e internacional, e se presta à ideologia capitalista dominante, ao produzir para os grandes centros econômicos. A produção de soja e de cana-de-açúcar, dois destaques agrícolas da região, é destinada aos mercados nacionais e internacionais.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento regional do Centro-Oeste fica dependente quase que exclusivamente das necessidades por insumos, matérias-primas e produtos agrícolas por parte dos grandes pólos industriais e agroindústrias do Brasil e do Mundo. Como o quadro atual é favorável à região, visto ao aumento da demanda, o desenvolvimento socioeconômico apresenta bons números. Caso haja uma retração no mercado nos próximos anos, a região sentirá imediatamente, pois a sua produção não terá mercado.

#### **4. Referências bibliográficas**

ABREU, Silvana. Planejamento governamental: A Sudeco no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições. Tese Doutorado em Geografia, São Paulo, USP, 2001.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A Sudeco e o desafio do desenvolvimento regional. Revista Possibilidades, nº. 02, Rio de Janeiro, 2004.

BARBOSA, Hellen Ferreira. Análise do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO. Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia – UFU / MG, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Documento básico de criação da Nova Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Fundos Constitucionais de Financiamento - Legislação FCO. FNE. FNO, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – (s.d.) Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Sumário Executivo. Brasília, 2005.

CLEPS Jr., J. As políticas e programas governamentais para o desenvolvimento do setor agroindustrial no cerrado e as estratégias das empresas do complexo soja. In: CLEPS JUNIOR, J. Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: O Caso do Triângulo Mineiro. 2004. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. 2004.

CORREIO BRASILIENSE. Entorno: os Desafios do Crescimento. Caderno Especial, 2000.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Desenvolvimento sustentável: um olhar sobre os cerrados brasileiros. In: DUARTE, L. M. G. e THEODORO, Suzi Huff (orgs.). Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in)justo. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 2002.

ELIAS, D . Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). 296 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, São Paulo, 1996.

ESTERCI, Neide. Ambientalismo e conflito social na Amazônia Brasileira. Caxambu, MG: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT Conflitos Sociais e Meio Ambiente, 2005.

IBGE. Censos Demográficos do Centro-Oeste de 1970 a 2000. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de mar. 2006.

REZENDE, G.C. A Política de Preços Mínimos e o Desenvolvimento Agrícola da Região Centro -Oeste. Rio de Janeiro: IPEA, abr., 2002, 32 p. (Texto para discussão no. 870). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

RIBEIRO, R. R. Programas de desenvolvimento do Cerrado: balanço e perspectivas. Belo Horizonte: CPDA, 2000.

SILVA, M.C.T Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados. Tese Doutorado em Geografia São Paulo, USP, 2000.

SILVA, Heliton Leal. Desenvolvimento agrícola, gestão do território e efeitos sobre a sustentabilidade na região Centro-Oeste, Brasil. UnB-CDS, Tese de Doutorado, Brasília, 2008.

SILVA, Heliton Leal e CIDADE, Lúcia Cony Faria. Breves Reflexões Sobre o Desenvolvimento gerado pela Agroindústria no Município de Rio Verde, Goiás, Brasil - Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Brasília-DF, Brasil, de 23 a 25 de novembro de 2005.

SILVA, Heliton Leal e CIDADE, Lúcia Cony Faria. Desenvolvimento agrícola, território e

sustentabilidade na região Centro-Oeste, Brasil. XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo, de 20 a 25 de julho de 2008.